

CORREIO POLÍTICO

Valter Campanato/Agência Brasil



'ECA Digital' cria regras para proteger menores

Lula sanciona lei para proteger crianças na internet

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta quarta-feira (17), em cerimônia no Palácio do Planalto, a lei que protege crianças e adolescentes no ambiente digital, como redes sociais, aplicativos e jogos eletrônicos.

A proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional no fim do mês passado e ficou conhecida como ECA Digital, em alusão ao Estatuto da Criança e do

Adolescente.

Uma das novidades da lei é a previsão de que a fiscalização e punição sejam feitas por uma autoridade nacional autônoma, entidade da administração pública que será responsável por zelar, editar regulamentos e procedimentos e fiscalizar o cumprimento da nova legislação por partes das empresas de tecnologias digitais, incluindo redes sociais.

O texto

O texto obriga as plataformas digitais a tomarem medidas "razoáveis" para prevenir riscos de menores acessarem conteúdos ilegais ou impróprios para suas faixas etárias, como exploração e abuso sexual, violência, intimidação, assédio, divulgação de jogos de azar, dentre outros crimes.

Supervisão

Além disso, a lei prevê regras para supervisão dos pais e responsáveis e exige mecanismos mais confiáveis para verificação da idade dos usuários de redes sociais, o que atualmente é feito basicamente por autodeclaração. A norma ainda disciplina o uso de publicidade.

Geraldo Magela/Agência Senado



Presidente da CCJ e relatores do PLP no Congresso

CCJ do Senado aprova PLP que regulamenta tributária

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (17), o texto do segundo projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária do consumo (PLP 108/2024). O substituto é do relator da medida na Casa, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Enquanto a Lei Complementar nº 214/2025 imple-

menta os novos impostos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o Imposto Seletivo (IS), o PLP 108 cria o Comitê Gestor do IBS, responsável por coordenar a distribuição do novo tributo entre estados e municípios. O governo quer sancionar a medida ainda neste ano para que a transição comece em 2026.

Urgência

Com a aprovação na CCJ, o projeto atualizado segue agora para apreciação em caráter de urgência (ou seja, sem precisar ser aprovado em demais comissões) no plenário da Casa. Para ser aprovado, a medida precisará de 41 votos dos 81 senadores, maioria absoluta da Casa.

Mudanças

Dentre os pontos previstos no relatório aprovado, está prevista a fixação gradual das alíquotas para bebidas açucaradas. "O texto inclui taxistas, mototaxistas e frentistas na categoria de microempreendedores individuais, visando simplificar o acesso a benefícios e obrigações fiscais", diz.

Contribuições

O relator da medida acolheu 96 das 149 emendas apresentadas à matéria. A versão final do relatório contou com contribuições das secretarias de finanças estaduais e municipais. As contribuições dos setores produtivos já haviam sido contemplados em regulamentação anterior.

Infrações

"Nós estamos fazendo uma reforma para o benefício da economia brasileira na competitividade, na segurança jurídica, na transparência em uma série de questões", reiterou Eduardo Braga. O substitutivo ainda unifica as regras para infrações ao IBS e à CBS.

Câmara aprova urgência para anistia para atos de 8/1

Proposta divide plenário; relator será designado nesta quinta-feira

Por Karoline Cavalcante

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta quarta-feira (17), por 311 votos a favor, 163 contra e sete abstenções, o requerimento de urgência para o Projeto de Lei (PL 2162/2023), que trata da concessão de anistia aos envolvidos nos ataques do dia 8 de janeiro de 2023 — quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília. A aprovação acelera o processo legislativo, permitindo que o texto seja votado diretamente no plenário, sem a necessidade de análise prévia pelas comissões da Casa.

O projeto, apresentado pelo deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), determina o perdão a "todos os que participaram de manifestações com motivação política e/ou eleitoral, ou as apoiaram, por quaisquer meios, inclusive contribuições, doações, apoio logístico ou prestação de serviços e publicações em mídias sociais e plataformas, entre o dia 30 de outubro de 2022 e o dia de entrada em vigor da Lei".

Ao abrir a sessão, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), destacou que o debate busca a pacificação do país, uma vez que o Brasil enfrenta um cenário de polarização política crescente. Motta afirmou que a missão da presidência é garantir o diálogo democrático no plenário, sem impor uma única verdade, e que o foco deve ser o restabelecimento da estabilidade e da ordem institucional.

Pacificação

"O Brasil precisa de pacificação. Não se trata de apagar o passado, mas de permitir que o presente seja reconciliado e o



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Câmara aprovou urgência com ampla maioria, 311 votos favoráveis

futuro construído em bases de diálogo e respeito. Há temas urgentes à frente e o país precisa andar. Temos na Casa visões distintas e interesses divergentes sobre os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023", afirmou ao fim da votação. "É no Plenário que ideias se enfrentam, divergências se encontram e a democracia pulsa com força total", completou Motta.

O presidente da Casa Baixa também anunciou que um novo relator será designado para elaborar um texto substitutivo que possa encontrar o apoio da maioria dos deputados. Isso se deve ao fato de que o projeto de Crivella, embora tenha sido usado para acelerar a votação, ainda está sujeito a modificações.

A proposta de Crivella, em sua versão original, abrange crimes políticos e eleitorais, bem como infrações definidas pelo Código Penal, desde que estejam relacionadas a manifestações políticas.

Entretanto, líderes políticos já indicaram que o texto final pode sofrer alterações significativas.

Debate

Em meio à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — que está em prisão domiciliar preventiva enquanto aguarda o período de recursos do processo, que o sentenciou a 27 anos e três meses de prisão — e dos outros sete integrantes do chamado "Núcleo Crucial" da tentativa de golpe de Estado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a questão de incluí-los ou não na amplitude da proposta gerou intenso debate no plenário. Enquanto membros parlamentares alinhados ao governo criticam qualquer medida que alivie as penas dos envolvidos na trama golpista, a ala oposicionista vê a medida como uma forma de restabelecer a ordem e promover a reconciliação nacional.

Para os deputados de esquerda, a proposta é um golpe contra

a democracia. O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), foi enfático ao afirmar que aprovar a anistia seria uma forma de legitimar um golpe de Estado. "Hoje é um dia de vergonha do Parlamento, em que ele se abraça à covardia. Está faltando postura e atitude firme", criticou.

Do outro lado, parlamentares do campo oposicionista, como o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), argumentaram que a anistia é necessária para curar as feridas políticas do país e reduzir a tensão social. Cavalcante destacou que muitos dos condenados, com penas de até 17 anos, não merecem um castigo tão severo.

Com a aprovação da urgência, a tramitação do PL 2162/2023 seguirá para o plenário, onde o debate sobre o texto final será intensificado. A definição de um novo relator, previsto para ser indicado por Motta nesta quinta-feira (18), será crucial para determinar os rumos da proposta.

Ex-assessor do TSE acusa Moraes de perseguição política

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Por Karoline Cavalcante

Durante seu depoimento à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (17), o ex-assessor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eduardo Tagliaferro, fez duras acusações contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Tagliaferro — que chefiou a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação no TSE durante a presidência de Moraes na Corte —, afirmou que houve um direcionamento no monitoramento de redes sociais durante as eleições de 2022, especialmente em relação a figuras políticas associadas à direita.

De acordo com Tagliaferro, as solicitações de vigilância partiam diretamente do gabinete do ministro. Entre os principais alvos, estava a deputada federal licenciada Carla Zambelli (PL-SP), com o envio de relatórios semanais sobre suas publicações nas redes sociais diretamente ao magistrado. O ex-assessor afirmou que o objetivo era uma "intenção persecutória" contra Zambelli, destacando que, em conversas de WhatsApp, membros da equipe de Moraes chegaram a dizer: "Vamos pegar ela".

Denúncias

Além disso, ele também acusou o ex-presidente da Cor-



Depoimento foi prestado por videoconferência, da Itália

te de manipulação de provas para justificar operações da Polícia Federal (PF). Segundo Eduardo, um documento foi alterado retroativamente para fazer parecer que havia sido produzido antes de uma operação policial. De acordo com os metadados apresentados, a petição foi gerada em 28 de agosto de 2022, mas foi inserida no processo com data de 22 de agosto. Moraes, por sua vez, negou as acusações e afirmou que todas as investigações seguiram os procedimentos legais.

O ex-assessor também revelou que autoridades dos Estados Unidos o procuraram para entregar as provas que ele possui sobre as alegadas irregularidades. Tagliaferro destacou que, embora tenha agido de

forma independente durante sua passagem pelo TSE, estava sob intensa pressão interna. "Não tenho lado político. Enquanto eu tiver vida e liberdade, vou denunciar onde eu puder", disse. A revelação levou o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) a questionar se ele buscaria novamente a colaboração de autoridades estrangeiras.

Tagliaferro — que é investigado pelo vazamento de conversas de WhatsApp entre servidores ligados ao gabinete de Moraes e membros do TSE —, afirmou que o ministro sabia de detalhes íntimos de sua vida e que se sentiu pressionado durante seu tempo no tribunal. Ele declarou ter pedido exoneração várias vezes, mas afirmou que seus pedidos foram ignorados.

Zambelli

A defesa de Zambelli indicou Tagliaferro como testemunha para ampliar a argumentação no processo de perda de mandato, que visa esclarecer pontos controversos. A deputada, presa em Roma desde 29 de julho, enfrenta a prisão preventiva enquanto aguarda a decisão sobre sua extradição. Ela foi condenada a dez anos de prisão por articular a invasão do sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também decidiu pela perda de seu mandato, mas a medida depende de deliberação da Casa Baixa. O processo começa pela CCJ, que emite um parecer a ser analisado posteriormente pelo plenário. Para a cassação se concretizar, são necessários ao menos 257 votos favoráveis — maioria absoluta.

Na semana passada, a CCJ ouviu o hacker Walter Delgatti Neto — condenado no mesmo caso — como testemunha. Preso em Tremembé (SP), ele reafirmou que foi orientado por Zambelli a invadir o sistema do CNJ, acrescentando que a deputada solicitou que ele inserisse um falso mandato de prisão contra o ministro do STF Alexandre de Moraes. A parlamentar, que também participou por videoconferência, negou as acusações e tentou desqualificar o depoimento do hacker, questionando sua sanidade mental e chamando-o de "mitomaniaco".